



2º SIMULADO

Delegado PC MG



Simulado PC-MG

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-MG;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PCMG-Delegado-06-11-2021>

01 - (A) (B) (C) (D)
02 - (A) (B) (C) (D)
03 - (A) (B) (C) (D)
04 - (A) (B) (C) (D)
05 - (A) (B) (C) (D)
06 - (A) (B) (C) (D)
07 - (A) (B) (C) (D)
08 - (A) (B) (C) (D)
09 - (A) (B) (C) (D)
10 - (A) (B) (C) (D)
11 - (A) (B) (C) (D)
12 - (A) (B) (C) (D)
13 - (A) (B) (C) (D)
14 - (A) (B) (C) (D)
15 - (A) (B) (C) (D)
16 - (A) (B) (C) (D)
17 - (A) (B) (C) (D)
18 - (A) (B) (C) (D)
19 - (A) (B) (C) (D)
20 - (A) (B) (C) (D)

21 - (A) (B) (C) (D)
22 - (A) (B) (C) (D)
23 - (A) (B) (C) (D)
24 - (A) (B) (C) (D)
25 - (A) (B) (C) (D)
26 - (A) (B) (C) (D)
27 - (A) (B) (C) (D)
28 - (A) (B) (C) (D)
29 - (A) (B) (C) (D)
30 - (A) (B) (C) (D)
31 - (A) (B) (C) (D)
32 - (A) (B) (C) (D)
33 - (A) (B) (C) (D)
34 - (A) (B) (C) (D)
35 - (A) (B) (C) (D)
36 - (A) (B) (C) (D)
37 - (A) (B) (C) (D)
38 - (A) (B) (C) (D)
39 - (A) (B) (C) (D)
40 - (A) (B) (C) (D)

41 - (A) (B) (C) (D)
42 - (A) (B) (C) (D)
43 - (A) (B) (C) (D)
44 - (A) (B) (C) (D)
45 - (A) (B) (C) (D)
46 - (A) (B) (C) (D)
47 - (A) (B) (C) (D)
48 - (A) (B) (C) (D)
49 - (A) (B) (C) (D)
50 - (A) (B) (C) (D)
51 - (A) (B) (C) (D)
52 - (A) (B) (C) (D)
53 - (A) (B) (C) (D)
54 - (A) (B) (C) (D)
55 - (A) (B) (C) (D)
56 - (A) (B) (C) (D)
57 - (A) (B) (C) (D)
58 - (A) (B) (C) (D)
59 - (A) (B) (C) (D)
60 - (A) (B) (C) (D)

61 - (A) (B) (C) (D)
62 - (A) (B) (C) (D)
63 - (A) (B) (C) (D)
64 - (A) (B) (C) (D)
65 - (A) (B) (C) (D)
66 - (A) (B) (C) (D)
67 - (A) (B) (C) (D)
68 - (A) (B) (C) (D)
69 - (A) (B) (C) (D)
70 - (A) (B) (C) (D)

DIREITO ADMINISTRATIVO

Cláudio Tusco

01. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para configuração dos atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11, da Lei nº 8.429/92), é necessária a demonstração do:

- a) dano ao erário, o qual deverá ser objeto de ressarcimento aos cofres públicos;
- b) enriquecimento sem causa, o qual deverá ser objeto de multa civil;
- c) dolo, o qual não precisa ser específico, sendo suficiente o dolo genérico;
- d) prejuízo ao erário, o qual deverá ser objeto de multa civil ou perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

02. A Administração Pública tem entre seus fundamentos o princípio da supremacia do interesse público, garantidor de prerrogativas que possibilitam o cumprimento de objetivos necessários à atuação estatal. Esse princípio é adequadamente evidenciado quando:

- a) governador remove servidor como forma de punição.
- b) Estado aluga prédio de particular para alocar a Secretaria de Fazenda.
- c) Polícia Civil decide discricionariamente sobre interceptação telefônica.
- d) prefeito desapropria imóveis para a construção de viaduto, garantindo indenização prévia.

03. Serviço público é toda atividade executada de forma direta ou indireta pelo Estado e usufruída pelos cidadãos, gozando de prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público. Dentre os princípios específicos do serviço público, o ordenamento jurídico estabeleceu o da:

- a) Modicidade das tarifas, segundo o qual o serviço público deve ser prestado aos hipossuficientes de forma gratuita e universal.
- b) Pessoalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado em benefício a um círculo social previamente definido em lei.

c) Continuidade, segundo o qual o serviço público, em regra, não deve sofrer interrupções e deve ser prestado de forma permanente.

d) Isonomia formal, segundo o qual o preço público cobrado para prestação do serviço deve ter valor progressivo, de acordo com a capacidade contributiva do usuário.

04. Uma entidade privada celebra um contrato administrativo com o Governo de Minas Gerais para a administração de um serviço público no Estado. No entanto, em função do atraso na desapropriação da área que será utilizada para o serviço, a entidade fica impedida de iniciar suas atividades, prejudicando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Diante da situação exposta, é correto afirmar que ocorreu:

- a) um fato do príncipe, evento que não alterou o contrato.
- b) um caso fortuito, evento que ensejou a encampação do serviço.
- c) um fato da administração, evento que ensejou a revisão contratual.
- d) uma interferência imprevista, evento que impediu a continuidade da execução contratual.

05. Criadas pela Administração Pública com uma finalidade específica, as entidades administrativas são organismos com personalidade jurídica própria. Sobre as características comuns a essas entidades, assinale a afirmativa correta:

- a) São criadas e extintas por meio de decreto.
- b) Estão subordinadas ao Poder Legislativo.
- c) Possuem capacidade política própria.
- d) Estão sujeitas ao controle da Administração Direta.

06. A CLT, legislação que rege as relações trabalhistas na iniciativa privada, regula, também, alguns cargos da Administração Pública. Assinale a opção que apresenta um cargo da Administração Pública regido pela CLT:

- a) engenheiro de agência reguladora.
- b) analista de empresa pública.

- c) secretário de fazenda.
- d) técnico de autarquia.

07. Em matéria de regime jurídico dos conselhos de fiscalização profissionais, que têm natureza jurídica de autarquias especiais, o Supremo Tribunal Federal firmou tese em repercussão geral pelo plenário, no sentido de que:

- a) não se aplica a obrigatoriedade de concurso público para ingresso de pessoal;
- b) não se aplica o regime dos precatórios para pagamentos de dívidas decorrentes de decisão judicial;
- c) não se aplica o teto constitucional de remuneração dos servidores e têm personalidade jurídica de direito privado;
- d) têm natureza de pessoa jurídica de direito privado e não se submetem a controle pelos tribunais de contas.

08. A Assembleia Legislativa aprovou lei estadual declarando determinada área de utilidade pública para fins de desapropriação. Por não concordar com a desapropriação de seu imóvel, o particular interessado ingressou com ação judicial e comprovou que tal lei, em verdade, não atendia ao interesse público e que sofreu danos materiais por sua aprovação, por ter perdido oportunidade de vender o imóvel a terceira pessoa por preço mais elevado. No caso em tela, comprovados o ato ilícito, o nexo causal e o dano ao particular:

- a) não incide a responsabilidade civil do Estado, seja objetiva, seja subjetiva, pois o ato legislativo, por sua natureza, não é suscetível de ensejar pleitos indenizatórios;
- b) não incide a responsabilidade civil do Estado, seja objetiva, seja subjetiva, pois o ato legislativo está sujeito apenas ao regime jurídico de controle de constitucionalidade;
- c) incide a responsabilidade civil objetiva do Estado, por se tratar de lei de efeitos concretos que não estabelece normas gerais e abstratas, constituindo verdadeiro ato administrativo;
- d) incide a responsabilidade civil subjetiva do Estado, por se tratar de ato legislativo típico, que apenas admite indenização se comprovado o dolo ou culpa do agente público.

09. Uma autarquia, entidade conceituada como serviço público personalizado, não pode estar vinculada:

- a) à Secretaria de Fazenda;
- b) ao Poder Legislativo;
- c) à Casa Civil;
- d) à CEMIG.

10. Caio, agente de polícia, recebeu ordens para escoltar determinado preso, que iria prestar depoimento no Tribunal. Sabe-se que a escolta de preso é função própria e exclusiva de agente penitenciário. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta:

- a) Caio deve obedecer à ordem recebida em função do princípio da hierarquia;
- b) Caio não pode desobedecer à ordem, ante a presunção de legalidade;
- c) Caio não deve obedecer à ordem, em decorrência de sua manifesta ilegalidade;
- d) Caio deve obedecer à ordem, já que não terá responsabilidade no caso de lesão a interesse público.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

11. André, Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais, após se recuperar de uma cirurgia, como forma de gratidão ao hospital que lhe prestou toda assistência necessária, resolveu dispor de seu corpo, para depois da morte, em prol dos estudos ali desenvolvidos. Ocorre, porém, que após confronto armado, André precisou novamente de uma cirurgia, mas, temeroso de vir a óbito, resolveu revogar a disposição que havia feito. De acordo com o Código Civil é correto afirmar que:

- a) André não mais poderá revogar a disposição feita anteriormente, pois esta é irrevogável.
- b) Uma vez oficializada a disposição, André somente poderá revogá-la parcialmente, elegendo as partes das quais não mais disporá.
- c) André poderá livremente revogar a disposição feita anteriormente a qualquer momento.

d) André não precisará revogar a disposição feita anteriormente, pois ela sequer é válida. A legislação brasileira veda a disposição do próprio corpo no todo ou em parte, ainda que para depois da morte.

12. Amanda, empresária, ao realizar manobras arriscadas no mercado financeiro, perdeu todo seu patrimônio pessoal. A fim de manter seu padrão de vida, passou a transferir para suas contas pessoais o patrimônio pertencente à sua empresa. Tal fato impossibilitou o pagamento dos credores da pessoa jurídica administrada por ela. Diante de tais fatos e de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Os credores poderão requerer, em juízo, a desconsideração da personalidade jurídica, a fim de que os efeitos das relações obrigacionais sejam estendidos aos bens particulares de Amanda.
- b) Os credores poderão requerer, em juízo, a desconsideração da personalidade jurídica, pois os atos praticados por Amanda claramente caracterizam desvio de finalidade.
- c) Os credores poderão requerer a desconsideração da personalidade jurídica, porém, desde que representados pelo Ministério Público.
- d) Os credores não poderão requerer a desconsideração da personalidade jurídica, pois sendo Amanda a única administradora de sua empresa e, sendo o valor irrisório, não há o que se falar em confusão patrimonial.

13. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, assinale a alternativa que apresenta apenas atos que devem ser registrados no registro público:

- a) Os nascimentos e a emancipação por ingresso em cargo público.
- b) As sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.
- c) A interdição por incapacidade relativa ou absoluta, os nascimentos, casamentos e óbitos.
- d) Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

14. Sérgio, com 15 anos de idade, possui forte amizade com sua vizinha, Cláudia, que conta com 18 anos de idade. Determinado dia, Sérgio pediu, sem o conhecimento de seus pais, R\$ 2.000,00 reais emprestados a Cláudia, que, devido à relação de amizade, não titubeou em emprestar-lhe o numerário. Passada a data em que se estipulou a quitação da dívida, Cláudia cobrou Sérgio, que se negou a pagar. Com base no exposto e de acordo com o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Para reaver a quantia emprestada ao menor, Cláudia deverá recorrer ao juízo, que obrigará Sérgio a quitar a dívida e, caso este não o faça, serão executados os bens de seus pais.
- b) Cláudia somente poderá reaver seu dinheiro de volta se os pais de Sérgio confirmarem o negócio jurídico celebrado entre os contratantes.
- c) Cláudia não poderá reaver a quantia emprestada ao vizinho, uma vez que se trata de empréstimo realizado sem a autorização dos pais do menor absolutamente incapaz.
- d) Cláudia somente poderá reaver a quantia emprestada a Sérgio quando este alcançar, ao menos, a capacidade relativa.

15. Segundo dispõe o Código Civil de 2002, assinale a alternativa que elenca apenas bens móveis:

- a) Bens infungíveis, consumíveis e as janelas de um prédio.
- b) Direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- c) Direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- d) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

16. Em se tratando dos atos ilícitos, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) O titular de um direito, quando o tem violado, pode exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, desde que para garanti-lo.
- b) Se deteriorada coisa alheia, constata-se ato ilícito, ainda que a deterioração se tenha dado a fim de remover perigo iminente.

c) A violação de um direito somente é considerada ilícita se o dano for material, de maneira que, caso se constate dano exclusivamente moral, não está caracterizado ato ilícito.

d) Os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido não constituem ato ilícito, porém, ainda assim geram o dever de indenizar.

17. Juca, pessoa com deficiência mental grave, conta com 25 anos de idade e é curatelado por sua mãe. Tal instituto (o da curatela) permite que a mãe de Juca possa, de acordo com a Lei 13.146/2015:

a) Tomar decisões relacionadas à disposição do corpo de Juca, bem como de sua submissão à tratamentos médicos que ofereçam risco à sua integridade física.

b) Tomar decisões a respeito da vida sexual do filho, bem como de seu matrimônio.

c) Tomar decisões que tratem de direitos de natureza patrimonial e negocial, apenas.

d) Tomar decisões a respeito do trabalho e da educação do filho.

18. Em se tratando da responsabilidade civil e do dever de indenizar, segundo disposição do Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

a) É escusável o dever de indenizar, caso o dono do animal que tenha causado dano a outrem comprove culpa da vítima ou força maior.

b) Quando estipulado prazo para pagamento de dívida, o credor poderá cobrar o devedor a qualquer tempo, não ensejando, portanto, reparação civil.

c) Aquele que demandar por dívida já paga ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, inclusive nos casos em que já houver ocorrido a prescrição.

d) O dano proveniente das coisas que caem ou são lançadas de um prédio em lugar indevido não enseja responsabilização se não for comprovada a culpa de seu dono.

19. A pessoa idosa, segundo Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003:

a) Goza de liberdade, respeito e dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos apenas na Constituição.

b) Goza do direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física e moral, não abrangendo, porém, a integridade psíquica.

c) Goza do direito aos alimentos os quais devem ser prestados conforme previsto na Constituição Federal.

d) Goza do direito aos alimentos e tal obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

20. Em se tratando do direito aos alimentos, segundo o que entende o Superior Tribunal de Justiça e, de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

a) A prestação de alimentos é devida apenas entre parentes em linha reta não se estendendo, portanto, aos colaterais nem aos cônjuges ou companheiros.

b) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade independe de decisão judicial.

c) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as cinco prestações anteriores ao ajuizamento da execução, apenas.

d) Quando aquele que pleiteia os alimentos se encontrar em situação de necessidade por sua própria culpa, os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Na lição de Canotilho, o movimento conhecido como constitucionalismo é classificado em duas fases: Constitucionalismo Antigo e Constitucionalismo Moderno. A respeito do tema, considerando a doutrina citada, aponte a assertiva incorreta.

a) Dogmas religiosos, costumes e leis não escritas mantiveram a unidade do povo hebreu e junto com as tábuas dos dez mandamentos entregues por Deus a Moisés representaram a primeira experiência constitucional de que se tem notícia.

b) O Constitucionalismo Moderno pressupõe a existência de constituição escrita, rígida e que assegure direitos fundamentais.

c) As constituições liberais (Estados Unidos e França) e as constituições sociais (México e Alemanha), ao estabelecerem um documento escrito de organização do Estado e capaz de limitar a atuação de poderes políticos, instituíram o que veio a ser chamado Constitucionalismo Moderno.

d) A Magna Carta Inglesa é o marco do Constitucionalismo Moderno, uma vez que o poder político, a partir do seu surgimento, passou a se subordinar a documento jurídico.

22. Em relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

a) A criação de Constituição pelos Estados-membros da Federação é decorrente do poder constituinte originário.

b) O poder constituinte originário cria a primeira ou a nova Constituição de um Estado.

c) Não há regras para o poder constituinte derivado, em razão de tratar-se de poder inicial.

d) O poder constituinte originário decorrente é exercido pelos Estados-membros na criação de suas Constituições estaduais.

23. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, indique a assertiva correta.

a) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial,

que corresponderá necessariamente à área de um Município.

b) Uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ser compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.

c) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força emenda à Constituição.

d) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

24. O Ministério Público de Minas Gerais denunciou João, administrador de uma grande sociedade empresária sediada no estado, pela prática de crime contra a ordem tributária. Em sede de apelação, em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar a apelação é

a) do Superior Tribunal de Justiça

b) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá convocar desembargadores substitutos.

c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.

d) do Supremo Tribunal Federal.

25. João tentou obter crédito para comprar uma bicicleta, mas teve seu pedido negado, pelo fato de o seu “score de crédito” ter baixa pontuação. Em razão da negativa, procurou o Serviço de Proteção ao Crédito (pessoa jurídica de direito privado detentora de banco de dados enviados por lojas, bancos e financeiras) para saber as razões, mas não conseguiu obter nenhuma informação. Nos termos expressos na Constituição Federal, diante da negativa de acesso a dados pessoais, João poderá fazer uso de

a) *Habeas Data*.

b) Mandado de Segurança.

c) Mandado de Injunção.

d) Ação Popular.

26. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

27. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, exercida sem a sanção do Presidente da República

- a) decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto na Constituição Federal.
- b) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- c) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- d) dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.

28. Maria da Silva é vereadora de Tiradentes-MG. Durante evento de seu partido em Ouro Preto-MG, durante o discurso, proferiu várias palavras que poderiam configurar crimes contra a honra do prefeito de sua cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) Maria da Silva é vereadora e está acobertada por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) Maria da Silva poderá ser responsabilizada civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.

c) Maria da Silva poderá ser responsabilizada civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material de vereadores não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.

d) Na situação narrada, Maria da Silva, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereadora, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertada por imunidade material e formal.

29. No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

- a) A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- b) A competência dos estados, diferente do que se aplica a municípios e à União, não está expressa na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual.
- c) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.
- d) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

30. Sobre a ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos da Constituição Federal e da Lei 9.882/1999, está correto que:

- a) será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o preceito questionado.
- b) poderá ser proposta pela Mesa do Congresso Nacional.
- c) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, mas pode ser objeto de ação rescisória.

d) o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

de preceito fundamental.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, é CORRETO afirmar:

a) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo crime imputado ao agente não pode ser estendida aos seus herdeiros sem que haja violação do princípio da personalidade da pena.

b) Conforme o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal é subjetiva, pelo que nenhum resultado penalmente relevante pode ser atribuído a quem não o tenha produzido por dolo ou culpa, elementos finalisticamente localizados na culpabilidade.

c) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade, sendo requisitos de sua aplicação para o STF a ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica.

d) O princípio da legalidade, do qual decorre a reserva legal, veda o uso dos costumes e da analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes, embora permita a interpretação analógica da norma penal.

32. Com relação aos crimes abaixo destacados, é CORRETO afirmar que:

a) é possível a participação de particular no delito de corrupção passiva, já que as circunstâncias de caráter pessoal elementares ao crime se comunicam.

b) o homicídio praticado com dolo eventual afasta a incidência das circunstâncias qualificadoras, uma vez que o agente não quer diretamente o resultado, apenas assume o risco de produzi-lo.

c) para a configuração do crime de maus tratos, é necessário submeter a vítima a intenso sofrimento físico ou psíquico, expondo-a a perigo de vida ou de saúde.

d) caracteriza-se o crime de injúria, ainda que as imputações ofensivas à honra subjetiva da vítima sejam verdadeiras, cabendo exceção da verdade somente se o

ofendido for funcionário público e a ofensa relativa ao exercício de suas funções.

33. Com relação aos crimes patrimoniais, é INCORRETO afirmar que

a) O foro competente para o processo é o julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, passou a ser do local do domicílio da vítima.

b) É possível imputar o crime de roubo quando o agente utiliza arma de brinquedo.

c) o agente que invade estabelecimento comercial anunciando assalto e acaba por matar o proprietário e um cliente, fugindo em seguida com o dinheiro do caixa e a carteira do cliente, responde por um só crime de latrocínio, crime complexo em que a pluralidade de vítimas serve apenas para fixação da pena.

d) agente que, após furtar, em concurso de pessoas, preciosa jóia em shopping Center, adquire a quota parte, dos demais meliantes, não responde por crime de receptação, tratando-se de *post factum* impunível.

34. Os crimes contra a Administração Pública possuem características próprias, seja pela qualidade da(s) vítima(s), seja pela qualidade do(s) autor(es) ou do(s) objeto(s) ou resultado(s) atingido(s). O peculato é um dos delitos contra a Administração Pública. Nesse sentido, é necessário saber que

a) a apropriação de bem, dinheiro ou valor necessários para configuração do crime, dispensam resultado naturalístico.

b) Sempre se opera a extinção da punibilidade se o agente ativo reparar imediatamente o dano, antes da sentença condenatória, acaso o delito tenha sido praticado inadvertidamente, por falta de precaução.

c) os bens ou valores obtidos como vantagem devem pertencer à Administração Pública, caso contrário o delito praticado é o furto ou o roubo.

d) pode ocorrer na modalidade culposa quando o a conduta do servidor público concorrer com a do agente ativo, ainda que o resultado não tenha ocorrido.

35. João e José, cada um por si e sem unidade de desígnios, decidem desferir tiros contra Mário, José com dolo de lesar a integridade física de Mário e João com dolo de matar Mário. Cada qual se posiciona em lados opostos do caminho, um sem saber do outro, e quando a vítima se aproxima efetuam concomitantemente os disparos de arma de fogo, sendo que apenas um disparo acerta a vítima, que vem a morrer. A perícia não identificou a arma da qual partiu o projétil que acertou a vítima. Assinale a alternativa correta:

- a) ambos os agentes devem responder por homicídio consumado.
- b) João responde por homicídio doloso consumado e José por lesão corporal dolosa consumada.
- c) João responde por tentativa de homicídio e José por tentativa de lesão corporal seguida de morte.
- d) João responde por tentativa de homicídio e José por tentativa de lesão corporal.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

36. A respeito do afastamento do agressor do lar conjugal nos casos de violência doméstica, a Lei 13.827, de 2019, trouxe importantes inovações. Aponte a alternativa correta a respeito do tema:

- a) Sempre o magistrado será o competente para fazê-lo.
- b) A lei requer, no mínimo, que a autoridade a colocar o agressor para fora do lar seja delegado de polícia.
- c) Se não houver juiz ou delegado no momento da notícia criminis, a única opção será a polícia acompanhar a ofendida para retirar seus pertences.
- d) Tanto o magistrado, o delegado ou qualquer policial poderá afastar o agressor do lar conjugal, desde que respeitado o critério de subsidiariedade legal.

37. O feminicídio caracteriza:

- a) majorante
- b) agravante
- c) privilégio
- d) qualificadora

38. Qual das frações abaixo está compatível com as disposições legais da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)

- a) O traficante, na modalidade privilegiada, poderá ter a sua pena reduzida de um terço a dois terços (art. 33, § 4º).
- b) Se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, teremos uma causa de aumento de pena de um terço a dois terços (art. 40, III).
- c) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços (art. 41).
- d) Nos crimes de tráfico de drogas, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena (art. 44, parágrafo único).

39. O acordo de não persecução penal foi apresentado pela Lei 13.964 de 2019 com a promessa de reduzir os problemas envolvendo as ciências criminais. Diante de seu conteúdo normativo, em qual dos delitos abaixo o Ministério Público poderia, em tese, propor acordo de não persecução penal:

- a) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima praticada contra policial civil.
- b) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave.
- c) extorsão qualificada pela ocorrência de lesão corporal.
- d) furto qualificado pelo emprego de explosivo.

40. A conduta de recusar a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino privado por motivação de procedência nacional caracteriza:

- a) exercício regular de direito.
- b) crime de racismo.
- c) opção constitucional.
- d) crime contra o consumidor.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

41. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial sempre que achar necessário.
- b) O inquérito policial, por ser indispensável à persecução penal, acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- d) Concluída a investigação, a autoridade policial elaborará minucioso relatório do que tiver sido apurado, inclusive constando seu juízo de valor acerca dos fatos, e enviará autos ao juiz competente.

42. Acerca das disposições preliminares constantes no Código de Processo Penal, julgue os itens abaixo.

- I) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, com exceção somente dos tratados, convenções e regras de direito internacional.
- II) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- III) A lei processual penal tem aplicação imediata, exceto para os processos que versem sobre fatos criminosos cometidos antes de sua vigência.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.

43. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.

b) Excepcionalmente, o delegado de polícia poderá arquivar o Inquérito Policial quando constatar a atipicidade do fato.

c) Mesmo diante de inquéritos policiais que investigam fatos atípicos, o delegado de polícia não poderá arquivá-los, salvo quando extinta a punibilidade.

d) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

44. Acerca do tema Ação Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado de ofício pela autoridade policial.
- b) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo, desde que justificadamente.
- d) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial. Esta regra permanece no CPP e encontra-se recepcionada pela CF/88.

45. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens abaixo.

- 1. A competência será, em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- 2. Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- 3. O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se iniciou.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.

46. Tendo em vista o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) Não há crime, quando a postergação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- b) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.
- c) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- d) Acerca do cumprimento de mandado de prisão à luz do Código de Processo Penal, podemos afirmar que o emprego de força física somente poderá ser utilizado caso o preso tente empreender fuga.

47. Joana foi vítima de calúnia praticada por Aninha e Maria. Bastante chateada com o ocorrido, Joana, no mesmo dia em que sofreu a calúnia, foi atrás das providências necessárias para que fosse proposta a ação penal cabível ao caso, porém o fez apenas contra Aninha, pois Maria era melhor amiga de sua irmã.

Na situação narrada acima, ocorreu:

- a) Decadência.
- b) Perdão.
- c) Retratação.
- d) Renúncia.

48. Acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95) e os entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Caso o acusado beneficiário da suspensão condicional do processo seja processado por contravenção penal, será obrigatória a revogação do seu benefício.
- b) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material e, mesmo descumpridas suas cláusulas, não se pode retomar a situação anterior, impossibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade,

economia processual e celeridade, objetivando sempre a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

49. Em relação aos assistentes e auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O perito não oficial não estará sujeito à disciplina judiciária.
- b) Ao Ministério Público cabe fiscalizar a execução da lei.
- c) Caso o acusado esteja ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- d) O juiz somente estará impedido de atuar no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.

50. Levando em consideração as normas contidas no Código de Processo Penal, caso o réu esteja preso, deverá ser citado:

- a) Pessoalmente.
- b) Pelo diretor do presídio.
- c) Por edital.
- d) Por hora certa.

DIREITO HUMANOS

Rafael Barreto

51. Acerca da historicidade dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- a) Os direitos humanos surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino
- b) São características dos direitos humanos serem direitos naturais, emanados de autoridade superior
- c) São características dos direitos humanos sua atemporalidade em relação à historicidade de cada nação.
- d) Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição de retrocesso, também chamada de “efeito cliquet”.

52. Sobre a incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1998 estabelece que o ato internacional necessita, para sua conclusão no Brasil, da colaboração dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- b) A iniciativa da celebração de tratados é competência do Procurador-Geral da República.
- c) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Tratado de Marraqueche.
- d) Os tratados de Direitos Humanos devidamente ratificados perante o órgão internacional entram em vigor no Brasil automaticamente.

53. Acerca da prática de racismo e da injúria racial, considerando a Constituição brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) A prática de racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia
- b) Conforme o texto constitucional, a injúria racial, assim como a prática de racismo, constitui crime inafiançável e imprescritível.
- c) A Constituição estabelece que a prática de racismo constitui crime imprescritível, mas não prevê essa adjetivação para a injúria racial, motivo pelo qual a imprescritibilidade aplica-se somente ao crime de racismo.
- d) Apesar de a Constituição estabelecer a imprescritibilidade apenas para o crime de racismo, o Supremo Tribunal Federal adotou entendimento de que o crime de injúria racial configura um dos tipos penais de racismo e, assim, é imprescritível

54. Acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da responsabilidade internacional do Brasil, considerando o caso “José Airton Honorato (Castelinho)”, é incorreto afirmar que:

- a) O caso *José Airton Honorato* apura a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro por uma série de atos que culminaram nos assassinatos de José Airton

Honorato e mais onze pessoas, por agentes policiais do Estado de São Paulo numa operação realizada no ano de 2002, e pela situação de impunidade em relação aos fatos.

b) A Comissão Interamericana de direitos humanos concluiu que os assassinatos ocorrem no contexto de uma série de práticas ilegais realizadas por agentes públicos no âmbito da luta contra o crime organizado, destacando-se o recrutamento de presos condenados, através de promessas de proteção às suas famílias e até de soltura antecipada, e que eram liberados por decisões judiciais para atuar como informantes em organizações criminais, utilizando recursos proporcionados pela própria polícia.

c) Em 5 de março de 2002, nas proximidades da cidade de Sorocaba, São Paulo, a Polícia Militar realizou uma operação contra o "Primeiro Comando da Capital" (PCC), principal organização criminosa da cidade. A operação, conhecida como "Castelinho", nome da localidade na qual foi realizada, instruiu ex-presos informantes a enganarem o PCC sobre a existência de um avião com dinheiro que chegaria ao aeroporto de Sorocaba. A Polícia Militar cercou o lugar com aproximadamente cem policiais e, sem a presença de testemunhas que pudessem questionar a versão oficial, promoveu um tiroteio que foi justificado como um ato de resistência a um grupo que viajava em um ônibus. Como resultado da operação, na qual foram realizados mais de 700 disparos, foi ferido um policial com lesões leves e morreram as doze vítimas do caso.

d) Em 5 de março de 2002, nas proximidades da cidade de Sorocaba, São Paulo, a Polícia Militar realizou uma operação contra o "Primeiro Comando da Capital" (PCC), principal organização criminosa da cidade. A operação, conhecida como "Castelinho", nome da localidade na qual foi realizada, instruiu ex-presos informantes a enganarem o PCC sobre a existência de um avião com dinheiro que chegaria ao aeroporto de Sorocaba. A Polícia Militar cercou o lugar com aproximadamente cem policiais e, sem a presença de testemunhas que pudessem questionar a versão oficial, promoveu um tiroteio que foi justificado como um ato de resistência a um grupo que viajava em um ônibus. Como resultado da operação, na qual foram realizados mais de 700 disparos, foi ferido um policial com lesões leves e foram feridas as

doze vítimas do caso, dentre elas José Airton Honorato, mas nenhuma pessoa veio a falecer.

55. Acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da responsabilidade internacional do Brasil, considerando o caso “Tavares Pereira”, é incorreto afirmar que:

a) O caso refere-se à responsabilidade do Estado brasileiro em relação ao assassinato do trabalhador rural Antonio Tavares Pereira e às lesões sofridas por outras 185 pessoas trabalhadoras integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por parte de agentes da polícia militar, durante a repressão de uma marcha pela reforma agrária realizada em 2 de maio de 2000 no Estado do Paraná.

b) Em seu relatório de mérito, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concluiu que o Estado brasileiro é responsável pela violação dos direitos à vida, à integridade pessoal, de liberdade de pensamento e de expressão, direito de reunião, direito de circulação e de residência, garantias judiciais e proteção judicial, todos assegurados na Convenção Americana, em prejuízo das pessoas indicadas no relatório.

c) O caso está em andamento na Corte Interamericana, ainda na etapa inicial, e, em 24 de junho de 2021, o Tribunal deferiu uma medida provisória para determinar que o Estado brasileiro adote medidas para preservar íntegro, no exato local em que está construído, o “*Monumento Antônio Tavares Pereira*”, que é um monumento que foi edificado no ano de 2000 às margens da BR 277, no município de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, no local em que o trabalhador rural foi assassinado

d) O caso está em andamento na Corte Interamericana, ainda na etapa inicial, e, em 24 de junho de 2021, o Tribunal indeferiu uma medida provisória para determinar que o Estado brasileiro adote medidas para preservar íntegro, no exato local em que está construído, o “*Monumento Antônio Tavares Pereira*”, que é um monumento que foi edificado no ano de 2000 às margens da BR 277, no município de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, no local em que o trabalhador rural foi assassinado

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

56. Em uma vítima de violência doméstica foram encontradas diversas manchas com tom violáceo, as quais, de acordo com o espectro equimótico de Legrand du Saulle, apontam que as lesões ocorreram há:

- a) 1 dia.
- b) 2 ou 3 dias.
- c) 4 ou 5 dias.
- d) 8 ou 9 dias.

57. Lesão circular de cor branca ou amarelada produzida na pele pela ação da eletricidade industrial chama-se:

- a) Sinal de Lichtenberg.
- b) Efeito Joule.
- c) Sinal de Montalti.
- d) Sinal de Jellinek.

58. O prazer sexual em ser infligido pelo sofrimento físico ou moral durante o ato sexual é chamado de:

- a) sadismo.
- b) masoquismo.
- c) necrofilia.
- d) coprofilia.

59. Morte produzida por asfixia, em que o laço no pescoço é acionado pelo peso da própria vítima é chamada de:

- a) Esganadura.
- b) Enforcamento.
- c) Confinamento.
- d) Estrangulamento.

60. São considerados fenômenos transformativos conservadores, EXCETO:

- a) Calcificação.
- b) Saponificação.

c) Mumificação.

d) Maceração.

61. Dentre as alternativas abaixo assinale aquela que representa um fenômeno abiótico imediato:

a) Abolição da motilidade.

b) Desidratação cadavérica.

c) Livor mortis.

d) Esfriamento cadavérico.

62. Nas regiões onde há cruzamento de muitas fibras, as lesões produzidas por instrumento perfurante tomam forma de quadrilátero, triângulo ou seta devido à/ao:

a) Sinal de Chavigny.

b) Funil de Bonnet.

c) Primeira Lei de Filhos.

d) Lei de Langer.

63. Podem ser características dos tiros à longa distância, **exceto**:

a) orla de escoriação.

b) orla de enxugo.

c) zona de tatuagem.

d) auréola equimótica.

64. Assinale a alternativa aponte corretamente o fenômeno descrito, bem como o tempo no qual atinge seu ápice.

Trata-se de fenômeno abiótico consecutivo de natureza físico-química, devido à ação de produtos catabólicos do metabolismo, correspondente a uma situação de vida residual do tecido muscular.

a) Espasmo cadavérico - 8 horas após o óbito.

b) Rigor mortis - 36 horas após o óbito.

c) Livor mortis - 12 horas após o óbito.

d) Rigor mortis - 8 horas após o óbito.

65. No estrangulamento, o sulco produzido possui as seguintes características, **exceto**:

a) horizontal.

b) múltiplo.

c) contínuo.

d) por cima da cartilagem tireóidea.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

66. Sobre a relação entre o preso e a sociedade, segundo Alessandro Baratta, analise as alternativas:

I - A reinserção do preso na sociedade, após o cumprimento da pena, é assegurada a partir do momento em que, no cárcere, o preso absorve um conjunto de valores e modelos de comportamento desejados socialmente.

II - É necessário primeiro modificar os excluídos, para que eles possam voltar ao convívio social na sociedade que está apta a acolhê-los.

III - O cárcere não reflete as características negativas da sociedade, em razão do isolamento a que são submetidos os presos.

IV - São relações sociais baseadas no egoísmo e na violência ilegal, no interior das quais os indivíduos socialmente mais débeis são constrangidos a papéis de submissão e de exploração.

Estão certos apenas os itens:

a) I e II.

b) I e IV.

c) IV, apenas.

d) I, III e IV.

67. O dogmatismo puro e ascético, o idealismo jurídico e a percepção do Direito como fundamento no próprio Direito vêm pautando toda a Política legislativa, sem qualquer preocupação de se produzir uma Ciência Penal, amparada na Criminologia e calcada em uma Política Criminal minimamente racional (Criminologia. MORAES, Alexandre Rocha Almeida; NETO, Ricardo Ferracini. Juspodivm, 2019).

A respeito do tema, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I A criminologia deve se incumbir de fornecer o substrato empírico do sistema, seu fundamento científico.

II O Direito Penal deve se encarregar de converter em proposições jurídicas, gerais e obrigatórias, o saber criminológico esgrimido pela Política Criminal.

III A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos

IV A criminologia constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

V A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 4 assertivas

68. O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções (legais e/ou sociais), cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais. Ele é composto de numerosos sistemas normativos (a ética, o Direito civil, o Direito trabalhista etc.), diversos órgãos ou agentes (a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, a Justiça etc.), variadas estratégias de atuação ou respostas (repressão, prevenção, ressocialização etc.), diferentes modalidades de consequências (positivas e negativas); e particulares destinatários (estratos sociais desfavorecidos, estratos sociais privilegiados, criminoso potencial, proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I São agentes do controle social informal a família, a escola, a profissão e a opinião pública.

II Exercem o controle social formal a polícia, a justiça penal e a administração penitenciária.

III O controle social de primeira seleção é exercido pelo Ministério Público, com o ajuizamento da ação penal.

IV O controle social de terceira seleção decorre do processo judicial.

V O controle social formal de primeira seleção representa a atuação dos órgãos de repressão policial.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 4 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

69. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.

b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.

c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.

d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

70. A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Teorias da Anomia.

- d) Teoria do Labelling Approach.
- e) Teoria da Subcultura Delinquente.



Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCMG-Delegado-06-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
